



## Cidades Amazônicas na Confluência das Águas

EDNA CASTRO<sup>1</sup>

1

<sup>1</sup>Doutora em Sociologia pela École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris. Professora da Universidade Federal do Pará/Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, NAEA/UFPA e pesquisadora do CNPq.

# Cidades Amazônicas na Confluência das Águas<sup>1</sup>

## INTRODUÇÃO

---

**N**as análises da realidade socioeconômica da Amazônia produzidas nas últimas décadas, predominaram temas relacionados à dinâmica agrícola, à expansão da fronteira, às políticas públicas e aos impactos de grandes empreendimentos econômicos, associados, na década de 1990, a questões ambientais. A questão urbana, menos estudada, é objeto de uma literatura que recobre sobretudo estudos de caso, embora algumas análises de caráter mais geral, ou na intersecção de temas, tenham trazido luz à meso e à macro dinâmicas da urbanização na Amazônia. Entre os temas mais examinados encontram-se: reconfiguração do espaço urbano e regional, expansão urbana para novas áreas na periferia das cidades e para zonas de fronteira, relações e processos de trabalho, planejamento urbano, história social e mudanças no campo da cultura e de processos identitários. Foram ainda produzidos trabalhos procurando entender as redes de sociabilidade integradas por estruturas sociais, culturais e econômicas, tecidas nas relações com o passado ou em processos que reatualizam ou recriam o espaço urbano do presente.

---

<sup>1</sup> Este artigo retrata, parcialmente, reflexões desenvolvidas no âmbito do Projeto MEGAM - Estudo sobre as Mudanças no Estuário Amazônico pela ação antrópica e gerenciamento ambiental - PADCT III, convênio FINEP/UFPa-NAEA/MPEG/FADESP, coordenado pela autora. Ele beneficiou-se das discussões por ocasião do Seminário A Questão da Água na Grande Belém realizado pela CEG-UFPa, em Belém, e dos comentários de Steven Uhly e Eliene Lopes de Souza ao texto preliminar, a quem agradecemos, extensivo ainda à Adaise Lopes que organizou gentilmente os gráficos utilizados.

Todavia há uma lacuna enorme nos estudos sobre as relações entre as cidades e o universo das águas. Certamente as pesquisas sociológicas e antropológicas sobre a pesca e os pescadores, sobre agricultura e os agricultores ribeirinhos, ou ainda sobre diferentes processos de produção têm se detido na relação desses grupos com os recursos aquáticos, mas sem o recorte urbano. Igualmente, a discussão sobre a água tem sido ignorada na maior parte de trabalhos que discutem a presença de categorias sociais como caboclos e ribeirinhos vivendo nas proximidades de cidades amazônicas. Embora farta literatura se dedique a analisar o papel desempenhado pelas capitais como Belém e Manaus na organização das relações de comércio e crédito, em que a navegação teve um peso expressivo, o debate sobre a água está ausente. Chamo ainda atenção para estudos sobre as cidades amazônicas realizados sob uma perspectiva de entender suas estruturas e dinâmicas internas, ou ainda sobre o planejamento urbano ou a gestão dos serviços urbanos. Em nenhum caso encontramos, como eixo estrutural das pesquisas, a relação da cidade com seus cursos de água<sup>2</sup>, sejam eles grandes rios, seus afluentes ou os igarapés que em geral cruzam as cidades ribeirinhas.

Neste estudo, resultante de pesquisas realizadas sobre as mudanças que vêm se verificando nas cidades amazônicas, procurou-se focar a relação desses processos com as alterações na qualidade da água. O interesse central repousou sobre as cidades ribeirinhas e sua interação econômica, social e cultural com o rio principal e os pequenos cursos cujas áreas foram crescentemente incorporadas na expansão do espaço urbano. Esse é o caso, em geral, das cidades que representam a antiga ocupação na região que, em diferentes épocas, tiveram os cursos de água como seus caminhos de circulação. Entre elas, Belém chama atenção pela importância de pólo regional,

---

<sup>2</sup> Porém, mais recentemente Universidades e Institutos de Pesquisa na Amazônia vêm criando programas e linhas de pesquisa que contemplem a questão da água na interseção da sócioeconomia, a exemplo do Programa RENAS (MPEG), o mais antigo e voltado à área de pesca, o Projeto MADAM (Campus de Bragança da UFPA) voltado ao ecossistema de manguezal, o Projeto Milênio sobre Pesca e o Projeto MEGAM com recorte definido em cidades e a problemática da água, no qual várias teses e dissertações de mestrado têm na cidade de Belém seu objeto de estudo. Sobre o assunto consultar [www.ufpa.br/projetomegam](http://www.ufpa.br/projetomegam).

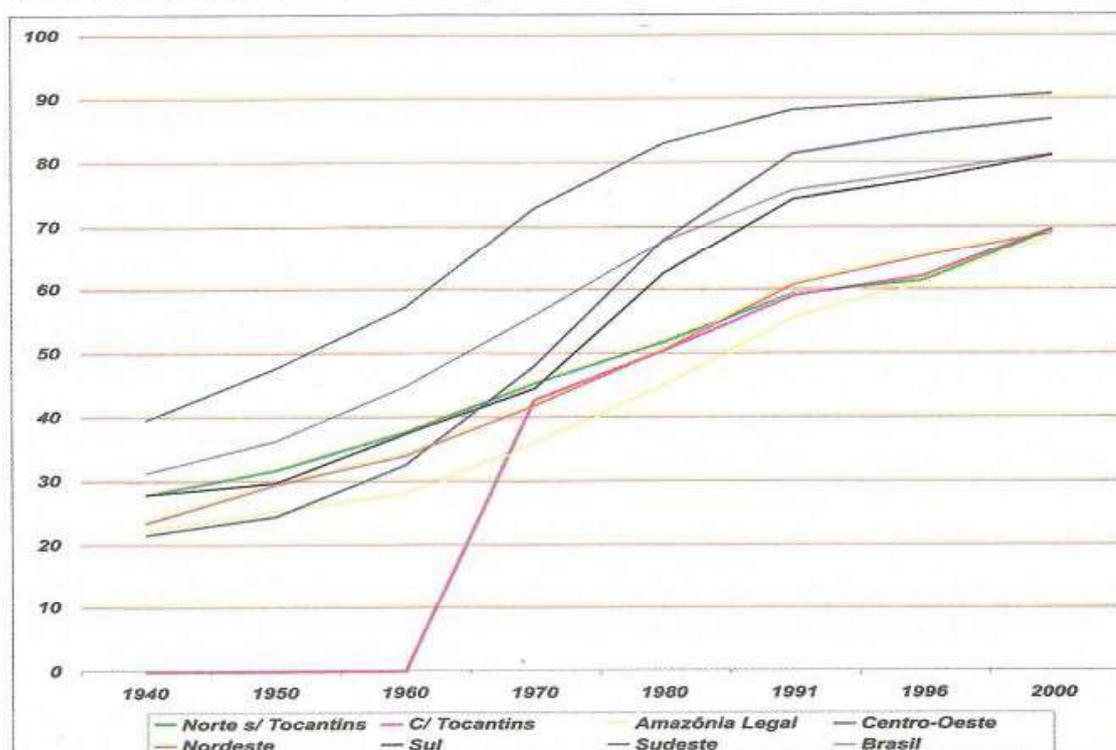
com o qual uma importante rede de cidades ribeirinhas se articula. Este artigo procura justamente trazer à discussão a relação da cidade de Belém com esse universo de seu entorno composto de águas, no qual se interliga, de forma bastante complexa, o mundo ribeirinho, da ruralidade e das vilas e cidades que o conformam, constituindo, no conjunto, a principal presença urbana na Amazônia.

### CRESCIMENTO URBANO NA AMAZÔNIA E FRAGMENTAÇÃO TERRITORIAL

Da população total da Amazônia, estimada em 20 milhões de habitantes, cerca de 68 % residem em cidades, o que perfaz um total de quase quatorze milhões de habitantes. Dados referentes ao Brasil (Figura 1) mostram a tendência geral à urbanização em todas as regiões do país. Sobre a Amazônia, os dados censitários revelam a tendência à urbanização desde os anos 80 e com aumento significativo das taxas de crescimento urbano, pelo censo de 2000, em todos os Estados (Figura 2).

O último recenseamento confirma o crescimento da população residente nas cidades e, sobretudo, o aparecimento de dezenas de novas cidades, vilas e povoados, o que representa um campo dinâmico que se estende por todos os Estados da região. Embora se tenha verificado o crescimento urbano em todo o país, as taxas maiores foram observadas no norte, ou seja, uma média anual de 4,82 %, no período de 1991 a 2000. As cidades maiores, como Belém e Manaus, também cresceram a taxas significativas, mas foram as cidades médias e pequenas que tiveram os maiores índices de crescimento na região (Figura 3). Esse fenômeno torna-se mais expressivo após a divulgação dos dados do último censo, embora desde os anos 90 já se observasse esse movimento de alteração da estrutura demográfica, sobretudo pelo crescimento de pequenas e médias cidades (Hurtienne, 2003). Essa tendência de diversificação da rede urbana tem a ver certamente com vários processos de natureza econômica e social, mas é importante ressaltar a luta política

que esteve na base do aparecimento de novos municípios nas décadas de 80 e 90 levando a configurar uma situação nova, do ponto de vista da organização do espaço urbano. Empresas, arranjos produtivos e geração de emprego são oportunidades para a entrada de novos atores sociais atraídos também por esse processo de reordenamento territorial. Isso é válido para os municípios que compõem a mesorregião sudeste do Pará – em 1988 havia 13 municípios e na atualidade 39 – e para a região da Transamazônica onde emergiram municípios cujas sedes são oriundas das antigas agrópolis e agrovilas. Em outras regiões, do nordeste ao sudoeste do Pará, vilas tornam-se sedes municipais, registrando-se o aparecimento de novos povoados e a continuação do crescimento demográfico de áreas urbanas. De tais fenômenos derivam certas particularidades das cidades de hoje na Amazônia, pois em muitas áreas urbanas recentes permanecem as relações com o campo e a predominância das formas de trabalho vinculadas à exploração da terra. Essa é uma particularidade, provavelmente transitória, de parte dessas *novas estruturas urbanas*, incorporadas na dinâmica sócioeconômica dos municípios e do Estado.



**Figura 1 - Taxa de Urbanização por Regiões (1940-2000)**

Fonte – IBGE - Censos Demográficos.

Apesar da tendência demográfica crescente, ainda são poucas as cidades com mais de 500 mil habitantes na Amazônia. As dezenas de pequenas e médias cidades com 20 a 250 mil habitantes espalham-se por um território bem mais largo, facilitando o funcionamento de novas redes de comércio e de serviços. A tabela 1 mostra o aumento significativo de cidades com até 50.000 habitantes, porém mais expressivas em patamares menores. Na Figura 3 fica bem nítido como esse processo de urbanização guarda proximidade com os processos de transição, ou seja, das mudanças que têm se verificado de forma acelerada nas últimas décadas, considerando seu perfil básico de região agro-extrativista, que se diversifica e amplia.

Os Estados da Amazônia também acompanham a tendência geral verificada no país de redução da taxa de crescimento demográfico, que caiu para a metade nas três últimas décadas, embora ainda seja alta comparativamente à média nacional. As informações do último censo mostram ter havido uma redução do movimento de população para a Amazônia decorrente das migrações inter-regionais, mas com fluxos de migração intra-regional fortalecidos. Elas revelam importante mobilidade populacional entre os Estados da Amazônia, alguns com taxas elevadas. Por outro lado, há um movimento em direção a cidades de 50 000 habitantes e novos núcleos urbanos que continuam a ser formados na relação com dinâmicas internas e externas às sub-regiões. Pelos dados, teria talvez terminado a fase de grandes migrações para a região norte, inclusive pela redução do contingente potencial, mas tornando evidente uma urbanização em geral (Hurtienne, 2003). Essa é a grande novidade que aparecia como tendência e que se confirma no último censo, recolocando a importância do urbano nas agendas de políticas públicas e das pesquisas na Amazônia.

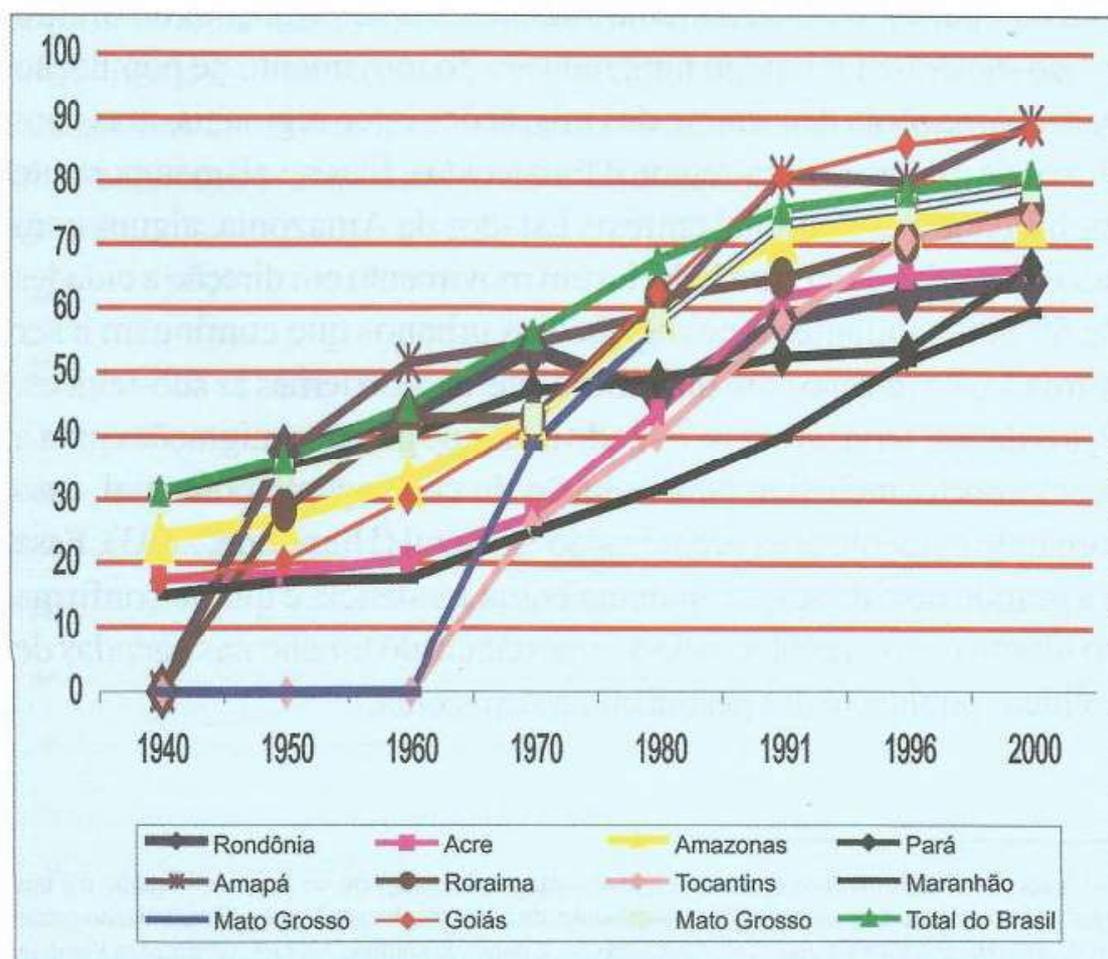
---

<sup>3</sup>No Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, confluência vem do latim *confluentia* e é um lugar onde se juntam dois ou mais rios; e confluente, do latim *confluente*. 2. geog. Está indicado como um rio que desemboca na mesma foz, com outro rio. Citando Raimundo Morais, de sua obra *Planície Amazônica* “No ocidente do vale, à ourela dos rios... a selva é quase hostil. Ai, meio fechadas na ramaria, ao longo dos afluentes, dos confluente, dos defluente.... as tristes choupanas”. In: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda, p. 451.

**Tabela 1** - Número de Cidades e Vilas na Amazônia por Classes de Tamanho

Classes de tamanhos	Número		
	1970	1980	1991
Até 500 hab	16	4	
501 a 1.000	47	12	8
1.001 a 2.000	45	49	43
2.001 a 5.000	49	62	95
5.001 a 10.000	19	29	65
10.001 a 20.000	12	25	37
20.001 a 50.000	4	15	35
Mais de 500.000	3	7	15
<b>Total</b>	<b>195</b>	<b>203</b>	<b>298</b>

Fonte: IBGE – Censos Demográficos

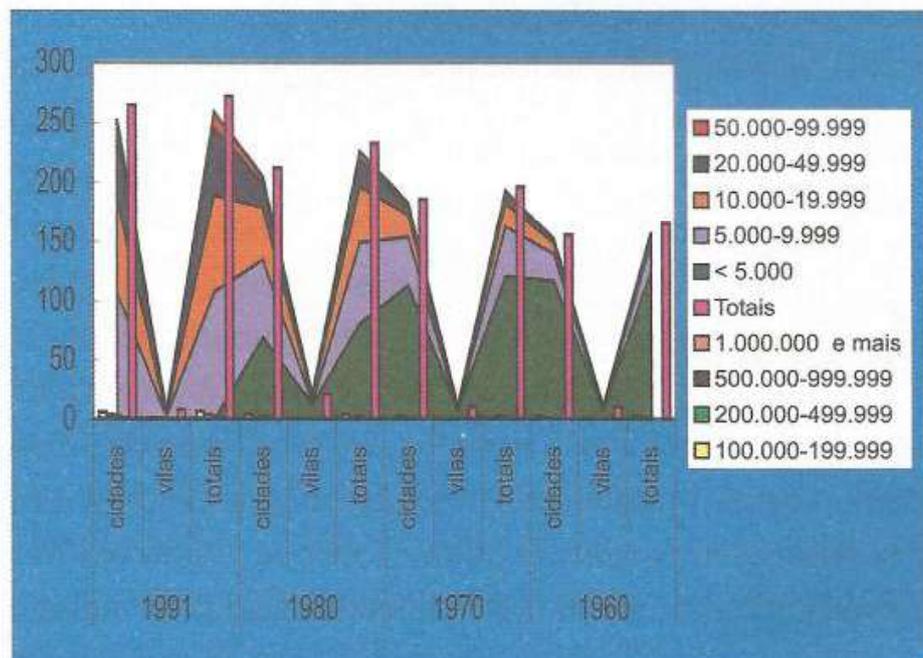


**Figura 2** - Taxa de Urbanização por Estados da Amazônia (1940-2000)

Fonte – IBGE - Censos Demográficos

Uma outra dimensão da organização territorial envolve a emergência de novos municípios e as migrações campo-cidade e intra-regionais, agora entre cidades médias e pequenas. Observe-se que na atualidade os processos políticos de fragmentação de territórios e recomposição interna da estrutura de municípios continuam, existindo 792 municípios que formam atualmente a malha político-administrativa da região. Tornou-se, portanto, relevante, para o debate sobre a Amazônia, considerar o crescimento das cidades e a recomposição dos territórios, seja no âmbito municipal ou em outra espacialidade, como é o caso de áreas que passam a ser pensadas através de uma nova delimitação, ou seja, por bacias hidrográficas.

O crescimento das cidades por estados da Amazônia Legal (Figura 2), embora acompanhe a tendência nacional, como referido anteriormente, traduz um movimento direcionado por políticas estatais e pela dinâmica de atores econômicos seguindo, de certa forma, as particularidades do território e da ocorrência, nele, de recursos naturais. As cidades localizadas nos estados de Tocantins e Mato Grosso tiveram uma expansão urbana com maior inflexão nos anos 60 mantendo taxas elevadas nos anos 70, 80 e 90. Os Estados do Amazonas, Acre e Maranhão experimentaram processos semelhantes no que se refere ao maior afluxo demográfico para estruturas urbanas já existentes (Figura 2).



**Figura 3** - Número de Cidades e Vilas na Amazônia por Classes de Tamanho  
Fonte – IBGE - Censos Demográficos.

No Pará, o crescimento urbano decorre tanto do aumento de população nas cidades antigas como pelo aparecimento de novas cidades. Neste caso, elas originaram-se de áreas da fronteira agrícola, de garimpos, de empreendimentos madeireiros e de mineração, ou ainda de grandes projetos de infra-estrutura como rodovias, ferrovias e hidrelétricas, entre outros. Nas últimas décadas ocorreram, assim, transformações relevantes nas formas de ocupação do território, seja ele predominantemente urbano ou rural. Embora mais reduzidamente, os fluxos de migrantes continuaram a se dirigir para o Estado, em busca de trabalho ou de oportunidades em áreas de *novas* fronteiras, para o Oeste, como Novo Progresso e Castelo de Sonhos (Rodovia Cuiabá-Santarém), São Félix do Xingu, ou ainda Gurupá, Anapú, Oiximiná e Óbidos, no baixo Amazonas. Todos os municípios da região tocantina experimentam um crescimento populacional expressivo, como Abaetetuba, Cametá, Mocajuba, Baião e Tucuruí, aumentando os processos de grilagem, de conflitos e a pressão pela terra e pelos recursos, acelerada nesse final de século com a chegada de novos grupos com interesse na pecuária, na exploração da madeira e na agricultura de grãos. O confronto entre atores tem desalojando de suas terras muitas famílias oriundas da pequena produção familiar tradicional e ribeirinha. Essa dinâmica interfere no crescimento urbano, pois as cidades passam a ser a alternativa de vida, ainda que precária, para grupos crescentes. Isso leva a mudanças na composição do território. Criam-se expectativas sobre a qualidade de vida associada às áreas urbanas – acesso aos direitos e à cidadania, acesso à educação, à informação e às estruturas de emprego – difíceis de serem atendidas pois não estão sendo geradas, internamente, capacidades econômicas para atender às demandas crescentes por serviços urbanos. Essas demandas, e aí se inclui o acesso a água de qualidade, e os índices de emprego e renda, servem como grade de leitura sobre as condições de vida em capitais como Belém. A péssima qualidade da água na maior parte dos bairros da cidade, e em ilhas mais próximas, é responsável pelos índices precários de saúde da população como mostra Ribeiro (2003).

## BELÉM DO GRÃO PARÁ: A CIDADE NA CONFLUÊNCIA DAS ÁGUAS

A cidade de Belém e muitas outras, como Gurupá, Abacté, Macapá, formaram-se na relação com o mundo aquático e florestal, com fauna e flora tão diversas. Localizadas na embocadura do rio Amazonas, essas cidades tiveram sua história marcada também pela presença de outros rios que teceram essa extensa rede hidrográfica, como os rios Guamá, Pará, Acará, Moju e o majestoso rio Tocantins.

Metrópole com 1.280.000 habitantes (IBGE, 2000), Belém está localizada no delta do rio Amazonas, na confluência dos rios Pará e Guamá. O desenho urbano da cidade, assentada em terras baixas e atravessada por pequenos rios ou igarapés, conforma ainda hoje as divisões internas de bairros – de um lado, terrenos mais altos ou aterrados; de outro, áreas alagadas, de baixadas -, retrato e afirmação de hierarquias e de processos de segregação social. A divisão territorial em estruturas administrativas municipais, sobretudo nos anos 80, teve um grande impacto na composição de grupos e nos arranjos de poder. Resultado dos processos de mudança, há certamente uma modernização que se amplia, quer na área administrativa, de serviços, quer no acesso a novos mercados, potencializados pelas redes urbanas, organizadas a partir da capital.

A cidade de Belém junto com dezenas de pequenas cidades de seu entorno, representa certamente a experiência de maior adensamento demográfico de toda a região Amazônica. Os municípios da Região Metropolitana de Belém(RMB), comportam quase dois milhões de habitantes (IBGE, 2000). Neste subespaço têm sido registradas, nos últimos 20 anos, as mais altas taxas de ocupação humana da Amazônia, além da maior concentração de indústrias com base nos recursos regionais (madeira, pescado, minério, alimentos, entre outros) e de serviços. Verificaram-se importantes mudanças no sistema de transporte, de portos e comunicação. Esse fenômeno é mais relevante quando se leva em consideração a existência

de dezenas de cidades e vilas situadas nas áreas estuarinas, ocupando as margens de rios como Tocantins, Caeté, Pará, Acará, Moju e Capim ou mesmo de igarapés e furos, ou estendendo-se em direção às terras interiores e à costa paraense, nas regiões Bragantina, do Salgado e Guajarina. Trata-se de um *continuum* de aglomerações urbanas - *cidades ribeirinhas* -, na maior parte de pequeno porte, mas que é importante pelas intensas redes de trocas econômicas, culturais e sociais que se reproduzem no tempo e se espalham, por larga extensão, através do emaranhado de cursos de água que conformam essas bacias hidrográficas, organizadas a partir da referência principal que é o rio Amazonas<sup>3</sup>.

A dinâmica dessas redes, e sua complexidade, responde seguramente pela manutenção das estruturas nas relações de troca, o que fica bem explícito quando se analisa alguns segmentos econômicos como a pesca e a madeira. Notadamente vinculadas a um mercado informal nas fases de captura (pescado) ou de extração (madeira), essas atividades estão inseridas, ao mesmo tempo, ao sistema de mercado regido por uma dinâmica globalizada. Belém é a expressão dessa complexidade, de mundos de trabalho diversos e regulados por sistemas distintos – formal x informal – retratados nas diferenças urbanas de renda, de inserção social, de acesso aos serviços e de qualidade de vida. Ela está entre as capitais com maior desigualdade social, com áreas de pobreza que se ampliam pela periferia urbana e pressionam a agenda de demandas e das urgência em saneamento, saúde e habitação.

O porto de Belém foi fundamental para a irradiação da cidade para outras cidades menores e para áreas rurais. A história comercial de Belém também acaba reforçando as suas funções portuárias, pois a cidade serviu de entreposto comercial, estimulando a exploração dos recursos naturais e sua exportação para o resto do país e para o exterior (Penteado, 1973). Por meio do comércio desses produtos, com

---

<sup>3</sup> Nas últimas décadas, as políticas para a matriz energética na Amazônia direcionaram-se para a exploração dos recursos encontrados nos principais rios da bacia Amazônica.

parcial beneficiamento ou não, esta região vincula-se ao desenvolvimento nacional e internacional.

De certa forma, a cidade tem sua história escrita pelos personagens que religam a cidade com o mundo das águas. Os seus pequenos portos espalhados e contornando essa quase península que desenha sua orla, abrigam um sem número de trabalhadores chegados das ilhas ou de lugares entre rios e furos, em suas proximidades. Ou ainda viajantes de lugares mais distantes, descendo o rio Amazonas e seus afluentes ou pela embocadura do grande rio. Portos e trapiches de madeira se projetam no rio como longas palafitas, sobrepondo-se à várzea. Esse é o retrato da cidade vista pelas águas, com grandes arranha-céus e igrejas coloniais desenhadas ao fundo. Daldício Jurandir observa o movimento do Ver-o-Peso, com sua tradição de mercado onde se vende a variedade de produtos trazida do estuário *“onde os canoieiros comem a piramutaba mais gostosa do mundo, Ver-o-Peso sem pintura nem literatura. Sujo, alegre de canoieiros, trançado de mastros. Ver-o-Peso tem na sua lama e nas velas que se levantam para o sol a história áspera e obscura dos barqueiros paraenses e o misterioso poder de todo o inesperado encanto de Belém”* (apud Maranhão, 2000).

## URBANIZAÇÃO INTENSA E GERENCIAMENTO DE SERVIÇOS EM BELÉM

O município de Belém dobrou sua população em 30 anos (de 602.861 para 1.127.354), com taxas de crescimento de 3,18% (1970-80) e 4,60% (1991-2000). A Tabela 2 mostra a população dos municípios que compõem a RMB. Ananindeua passou nesse período de 2.916 habitantes para 393.569, situação que extrapola de longe as possibilidades de acompanhamento por políticas urbanas. Embora com menores taxas em relação a este, foi alto o crescimento demográfico em todos os demais municípios da RMB, mesmo no de Benevides que teve seu território dividido para criação dos municípios de Marituba e Santa Bárbara. Essas taxas de crescimento anual estão

acima das de outras regiões metropolitanas do país, com totais de 8,67, 16,06 e 19,32% para 1970-80, 1980-91 e 1991-2000, respectivamente.

**Tabela 2** - População total, população urbana, e taxas de crescimento anual dos municípios da Região Metropolitana de Belém, 1970-2000

	População Urbana				População Total			
	Ano 1970	1980	1991	2000	1970	1980	1991	2000
Belém	602.861	824.492	849.187	1.127.354	633.374	933.287	1.244.689	1.280.614
Período		70-80	80-91	91-00		70-80	80-91	91-00
TC% <sub>an</sub>		3,18	0,27	4,6		3,95	2,65	0,32
	Ano 1970	1980	1991	2000	1970	1980	1991	2000
Ananindeua	2.916	6.847	74.051	392.627	22.527	65.878	88.151	393.569
Benevides	3.500	6.665	8.361	20.912	13.867	22.321	68.465	35.546
Barcarena	2.388	6.700	21.629	27.767	17.498	20.021	45.946	63.268
Marituba*	0	0	0	64.884	0	0	0	74.429
Stª Bárbara*	0	0	0	4.009	0	0	0	11.378
Total	8.804	20.212	104.041	510.199	53.892	108.220	202.562	578.190
Período		70-80	80-91	91-00		70-80	80-91	91-00
TC% <sub>an</sub>		8,67	16,06	19,32		7,22	5,86	12,36

\*Município criado por desmembramento do município de Benevides.

Fonte IBGE – Censos Demográficos.

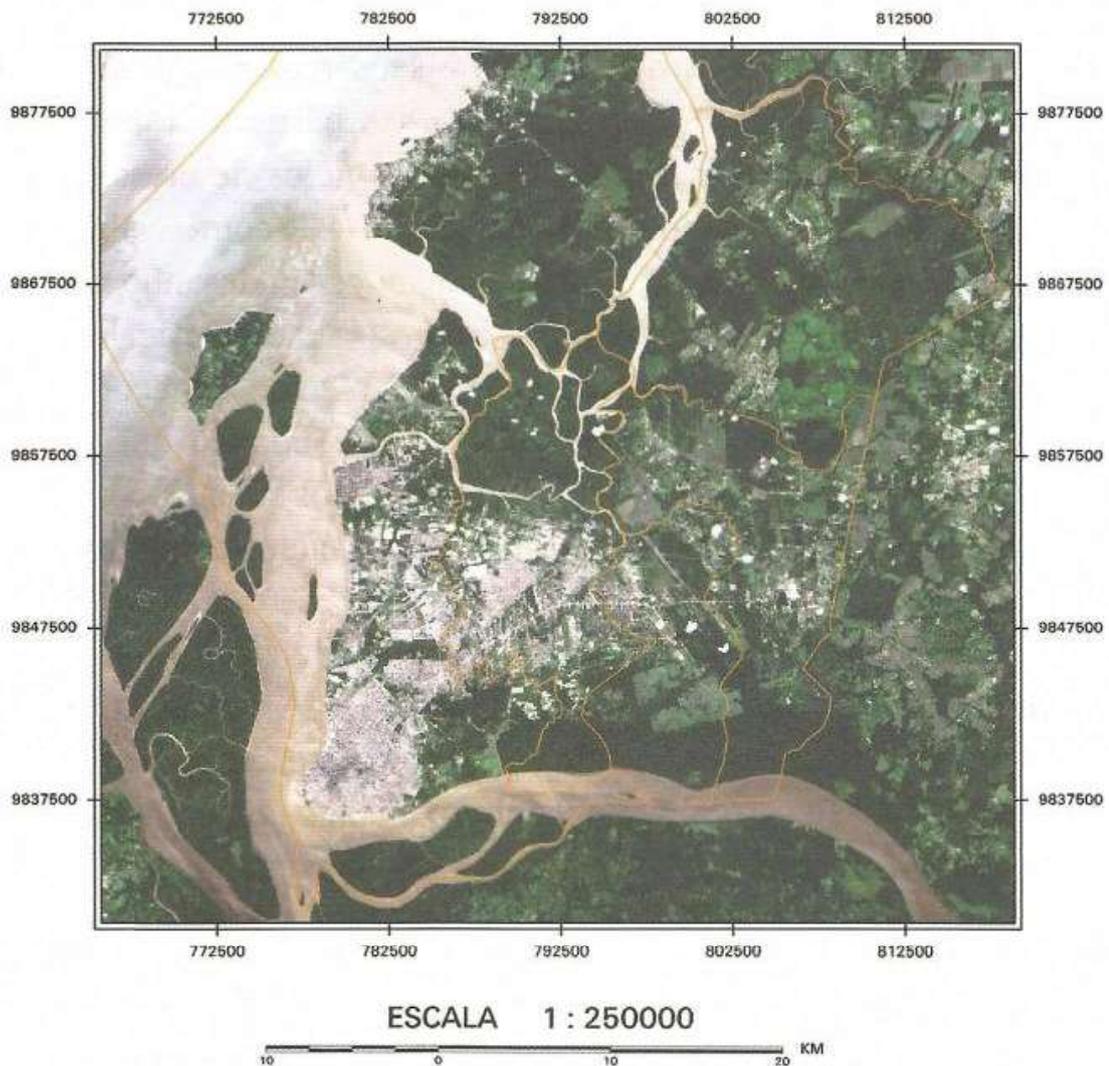
A maior parte da população urbana concentra-se no continente, porém as inúmeras ilhas que compõem o município abrigam uma parcela de sua população. O município de Belém ocupa uma área de aproximadamente 11.065 km<sup>2</sup>. Administrativamente é constituído por uma região continental, com 173,7864 km<sup>2</sup> (34,36%) de extensão, e outra insular, com 332,0367 km<sup>2</sup>, marcado por uma complexa rede hidrográfica formada por inúmeros rios, igarapés, furos e canais.

A cidade é uma forma de ocupação do espaço não uniforme, diversa e dispersiva, que se subdivide em outras modalidades e é inseparável das diferenciações de atores sociais, presentes no conjunto da organização social e de sua formação econômica. É importante visualizar essas diversas formas de apropriação do território e de seus recursos, segundo modos de produção particular, como mostra Lefebvre (1991). O modelo de desenvolvimento intensivo adotado, ao lado do crescimento populacional das cidades, são dois dos fatores responsáveis pela alteração, nas últimas décadas, dos recursos existentes no estuário amazônico, nas proximidades de Belém. Observa-se a intensificação do uso dos recursos naturais florestais e aquáticos.

Nessa perspectiva, o território e seus recursos devem ser levados em consideração na definição das particularidades das cidades. As mais antigas demarcaram seus ciclos de crescimento em função dos fluxos econômicos de produção e de comercialização. Belém encontra-se nessa situação: de um lado, seu desenho urbano é delimitado pelos cursos d'água, ao Norte, ao Sul e a Oeste, ligando territórios e pessoas responsáveis pela dinâmica de sua economia; de outro, a história e a formação social e econômica que foram definindo a cidade pela ação dos diversos grupos sociais, com suas origens étnicas e culturais, acompanhando os ciclos econômicos.

A cobertura florestal no município de Belém está bastante alterada (Figura 4), inclusive já atingindo a Área de Proteção Ambiental de Belém (SECTAM, 1996), que corresponde ao Parque Ambiental de Belém, onde se encontram os lagos Bolonha e Água Preta, os quais constituem os mananciais de abastecimento de água potável do município. Pelo acompanhamento das imagens de satélite, é possível constatar, mesmo em espaços pequenos de tempo, a alteração da cobertura florestal e a expansão para novas áreas que são incorporadas às alternativas e às estratégias de moradia e trabalho das populações de baixa renda. Isso é válido tanto para espaços de terra firme, a exemplo das áreas de expansão em direção aos municípios de

Ananindeua, Marituba e Santa Bárbara, como para áreas mais baixas às margens de rios e igarapés, ou em direção às ilhas. Exploração intensa e predatória de recursos minerais para fins de construção civil, como se observa nas crateras deixadas em estradas do município de Ananindeua. Exploração que em geral foge ao controle de órgãos de controle ambiental. Mas apesar dos municípios vizinhos de Belém já apresentarem espaços visivelmente degradados, há uma certa preservação da cobertura florestal, com capoeiras ainda altas, inclusive em áreas importantes pela presença de cursos de água.



*Figura 4 – Cidade de Belém na embocadura do rio Amazonas*  
*Fonte. CODEM. Elaboração. LAENA-NAEA-UFPA*

Localizada na porta de entrada da Amazônia, Belém viveu historicamente de uma economia alimentada pelas riquezas naturais dos vales dos rios e seus afluentes e pelas numerosas ilhas existentes no seu entorno. Nesta cidade portuária, quase todas as atividades principais concentram-se na grande orla banhada pelos rios Pará e Guamá. A ocupação de suas orlas por empresas, com seus portos e trapiches, é responsável pelo processo paulatino de privatização desse espaço, que, conseqüentemente, limitou o acesso ao rio. A exceção fica por conta de algumas estruturas portuárias, ou de instituições públicas que vêm revitalizando alguns espaços e ajudando a recompor a relação da cidade com os cursos de água. Porém, com a intensa ocupação e expansão da cidade, os rios urbanos e as áreas alagadas nas suas margens passaram, mais uma vez, a ser uma alternativa de residência para as populações pobres e os grupos de recém-chegados, caso dos igarapés Paracuri e Mata Fome, em Icoaraci, como mostram Ribeiro & Prost (2003). Esse quadro de urbanização requer urgentemente a implementação de políticas públicas e de gerenciamento ambiental, sobretudo tendo em vista o crescimento exponencial da população e a tendência atual de expansão populacional em direção à costa.

A pressão sobre os igapós, que já se fazia sentir desde o início do século, aumentou consideravelmente com a explosão urbana de Belém, provocada pelos programas de desenvolvimento regional que trouxeram novos investimentos para a região de Belém, como indústrias, serviços e infra-estrutura. No Sudeste paraense, observou-se outra dinâmica, outros desdobramentos e particularidades. Mas essa pressão sobre as áreas de várzea e igapós de Belém levou ao alargamento da periferia da cidade. Em decorrência disso, a Companhia de Habitação do Estado do Pará (COHAB) passou a projetar o crescimento da cidade para as áreas do bairro da Marambaia, ocupadas na época por pequenos sítios que abrigavam famílias recém-chegadas, responsáveis pelo desenvolvimento de uma série de atividades de agricultura urbana. A

implantação das várias *ciudades novas* projetaria a distribuição espacial e social em direção ao município de Ananindeua: antes um pequeno município com a maior parte de sua população vivendo de atividades rurais; hoje uma área urbana importante pelos serviços que oferece.

Incorporam-se, assim, à estrutura da cidade, as áreas de baixadas, o que visibiliza o avanço da degradação ambiental e a conseqüente redução da cobertura florestal. Isso porque Belém foi o lugar de entrada de intensos fluxos migratórios, em épocas diferentes. Seu crescimento populacional nas últimas décadas esteve relacionado com os programas e projetos desenvolvimentistas que, mesmo não estando necessariamente alocados na cidade, atraíram uma população importante, em função da implantação de estruturas de serviços e de empregos, relativamente melhor do que em outras cidades do Estado. O quadro de urbanização intensa e desordenada constitui um exemplo de necessidade urgente de gerenciamento ambiental, sobretudo tendo em vista o crescimento demográfico exponencial nos últimos 30 anos e a tendência atual de direcionamento de novos contingentes para as ilhas presentes no estuário. Dessa tendência decorre o fato de a fronteira entre o continente e as ilhas – estas constituindo a franja com cobertura florestal mais preservada – ser cada vez mais tênue<sup>4</sup>.

## NO MUNDO DAS ÁGUAS, PRODUÇÃO E EXISTÊNCIA SOCIAL

Nessa confluência de cidades, na embocadura do grande rio, organizou-se historicamente a vida social e econômica e a entrada para o *interland* de expedições coloniais oficiais, de missionários de várias ordens religiosas, entre outros viajantes, disputando esse território de antiga ocupação e domínio, com as diversas etnias indígenas pré-colombianas ali existentes. E também aí se fizeram as primeiras tentativas de colonização portuguesa na Amazônia, com assentamentos no início do século XVII. Em 1616, os colonizadores estabeleceram-se na foz

---

<sup>4</sup> Nas últimas décadas, as políticas para a matriz energética na Amazônia direcionaram-se para a exploração dos recursos encontrados nos principais rios da bacia Amazônica.

do Amazonas, inaugurando um processo de expansão a partir do povoado que daria origem à cidade de Belém. Essa região representou, por todos esses séculos, a passagem e a fixação de diferentes grupos sociais e de formas diversas de exploração econômica de recursos tais como as drogas do sertão, a madeira, a caça e a pesca, os minérios e os frutos. Destacou-se também pela agricultura de várzea e de terra firme, com suas plantações de cacau, cana-de-açúcar, tabaco, frutas, grãos e mandioca, e que esteve ligada às atividades de engenhos e de inúmeros processos de trabalho e de transformação primária de outros recursos agrícolas. Na atualidade, a economia tornou-se mais complexa, com a implantação de estruturas industriais e de serviços, a diversificação das profissões e das qualificações, e mesmo, para alguns setores, o uso de tecnologias informacionais enquanto base dos processos de produção e de comercialização, atendendo assim, às exigências de um mercado mais exigente e dinâmico. Essas observações nos levam a considerar a tendência de continuação dos processos urbanos de complexificação e de fragmentação social e territorial.

O estuário amazônico é berço de grande biodiversidade, dada a complexidade dos ecossistemas. As populações indígenas, ribeirinhas ou urbanas, viveram historicamente de uma economia baseada nos recursos florestais e aquáticos ali presentes e abundantes. O delta do Amazonas, com suas dezenas de ilhas espalhadas nas proximidades de sua maior, a do Marajó, causou surpresa e admiração aos naturalistas e viajantes que por ali passaram nos séculos XVII e XVIII e que registraram, em seus escritos, a admiração pela exuberância da floresta sobressaindo as referências à água, sua abundância, sua força e seu movimento. Na embocadura e em todo o estuário amazônico, formado pelo rio Amazonas e seus afluentes próximos à embocadura, pelas ilhas, lagos, furos e igarapés, os grupos sociais espalharam-se, dominaram os territórios e sobreviveram graças aos saberes milenares que produziram e acumularam sobre esses ecossistemas, seus recursos, aplicações e usos, desenvolvendo práticas que são atualizadas pela cultura local do presente (Tocantins, 1998).

Efetivamente, a Amazônia é a parte do planeta de maior diversidade biológica e onde se encontra uma das maiores concentrações de água doce e enormes extensões de terras ainda com cobertura florestal. No estuário a floresta encontra-se parcialmente inundada, com seus períodos de enchentes e vazantes, e os ecossistemas de várzea, manguezais e terra firme. É uma enorme área composta pelas embocaduras dos rios Amazonas e Tocantins, cuja biodiversidade apresenta altas taxas de fitoplâncton<sup>5</sup>. É ainda a zona de contato da água doce com a água salgada. Tal dinâmica é importante para a vida no estuário, em que os recursos de água doce se alternam com os do mar. A densidade da ocupação dessa região deve-se em especial à proximidade da cidade de Belém, em torno da qual foi lentamente se organizando a economia e a sociedade desde o período colonial, com suas freguesias rurais, muitas dando origens a cidades ribeirinhas.

A disponibilidade de água potável na terra é de apenas 2%, pois 97,2% das águas do planeta estão nos oceanos e mares. A Amazônia brasileira recobre uma área de 6 milhões de km<sup>2</sup> e corresponde a 61% do território do país. Alguns países do Sul, como México e Brasil, nas Américas, a África Central e as ilhas que conformam o mundo asiático, são os que possuem maior concentração da biodiversidade, o que significa também a presença de recursos aquáticos. Na América do Sul, encontram-se 47%, sendo o Brasil o mais beneficiado pelo recurso água, com 20% das águas do planeta, dos quais quase 70% estão na Amazônia<sup>7</sup>.

O potencial dos recursos localizados na bacia do Amazonas ainda está por ser estimado. Porém as alterações nos ecossistemas já são bem visíveis (Castro, 2003). Estudos detectaram processos de erosão provocados pelos desmatamentos decorrentes de atividades econômicas variadas, insistindo na necessidade de controle por parte

---

<sup>5</sup> Este responde pela principal fonte trófica para a biodiversidade aquática e, conseqüentemente fomenta a atividade pesqueira nessa região, conforme Isaac (1995).

<sup>6</sup> Reforça-se neste início de milênio o debate sobre o uso dos mananciais aquáticos da Amazônia que certamente irá se aprofundar no correr desta década. O interesse mundial despertado mais recentemente pela água está relacionado a pressões para ampliar o lugar desse recurso no universo de mercadorias, do ponto de vista da dinâmica dos mercados em expansão.

do Estado que possa tornar eficiente a relação economia x natureza, porém, na prática, não tem havido grandes avanços nessa direção. Tem a ver também com o crescimento demográfico das áreas urbanas, aproximando-se da média nacional, sem ter tido tempo de se preparar para atender às demandas dessa população crescente nas cidades. Há carência de serviços básicos, como escolas, postos de saúde, saneamento e emprego.

A navegação fluvial sempre foi o principal meio de transporte na Amazônia, e foi através dos rios que se processou a sua ocupação humana, desde os tempos imemoráveis. Por isso, a reconstituição da história da colonização exige o conhecimento dos recursos da região. As dezenas de pequenas e grandes ilhas secularmente povoadas foram fonte de abastecimento da capital. As mais próximas das cidades têm sofrido recentemente um rápido processo de ocupação, com fluxos de migrantes que se deslocam para ali fixar residência ou de turistas que desejam aí viver momentos de lazer, em residências campestres ou não. Verificou-se também, no correr dos anos 80, a implantação de algumas empresas de ramos diversos. Conseqüências desse adensamento populacional são o desmatamento e a poluição de praias e furos. Dados os limites territoriais do município de Belém, na parte continental, aprofunda-se a tendência ao aumento demográfico das ilhas.

Resultado do processo de formação dessa área, a biodiversidade expressa-se na riqueza de espécies vegetais e animais. A região é também berço de populações tradicionais que praticavam formas de uso desses recursos ancoradas em sistemas extrativistas e depois agroextrativistas. Esses grupos estão presentes até hoje, residindo ainda nas áreas ribeirinhas, que incluem aquelas localizadas nos municípios do entorno de Belém ou as dezenas de ilhas que acompanham o estuário, ou já integrados ao tecido urbano. Mas eles chegam até o presente pelos processos identitários que envolvem as tradições, costumes e práticas – alimentos, festividades, músicas, rituais de cura –, além de certos símbolos, como a cerâmica marajoara, os

brinquedos de miriti, os perfumes, as ervas aromáticas e a cestaria de fibras vegetais. Todos esses elementos materiais, oriundos dos recursos do estuário, têm sido manipulados e atualizados em um campo identitário e simbólico. As redes de relações comerciais que alimentaram os vínculos nessas áreas do entorno de Belém resguardaram igualmente esses traços sócio-culturais. No entanto, os sistemas produtivos giraram em torno de uns poucos produtos, entre eles a madeira, o pescado, os frutos e a agricultura, tendo tido a borracha expressão, mas em período reduzido.

A exploração da madeira permanece como uma das bases da economia desta região. Ela organiza e articula formas de produção tradicionais, mesmo artesanais, com processos industriais e empresas atuando em mercados sofisticados. Desde a extração na mata até as formas mais elaboradas de tábuas, lambris e compensados, alimenta uma extensa e diversificada teia de segmentos sociais, através da cadeia de processos de transformação. Na orla de Belém encontramos dezenas de pequenas serrarias que recebem madeira em toras, trazidas de regiões próximas, através de balsas e jangadas. A atividade foi responsável pelo desaparecimento no estuário próximo da embocadura do Amazonas de espécies nobres de madeira que ali eram abundantes, como o mogno, o acapu, a virola, entre outras.

Essa região é abastecedora tradicional de pescado e é aí que se realiza o maior movimento comercial. A pesca artesanal e a industrial tiveram crescimento impressionante a partir do final dos anos 70, em função da implantação de um parque industrial em Belém: empresas de captura e beneficiamento industrial instalaram-se na orla às proximidades de Icoaraci. O avanço da atividade e a exploração predatória da pesca no estuário e na costa norte, reduziram os estoques de certas espécies. Daí a busca de áreas mais distantes, ainda não afetadas pela intensificação da atividade, para a captura.

A borracha, por exemplo, manteve-se por vários anos como um dos primeiros produtos de exportação do país e entrou no circuito do

mercado mundial como insumo para processos de produção de uma gama variada de bens. Identicamente, essa inserção no mercado verificase através de recursos como a madeira, o minério e alguns produtos oriundos da agricultura.

## **O PARADOXO DA ABUNDÂNCIA E CARÊNCIA DE ÁGUA**

A Amazônia sempre contou com abundantes recursos de água, mas nas áreas urbanas o acesso a esses recursos é diferenciado, refletindo o processo de desigualdade social. Por outro lado, a abundância de água dificulta uma tomada de consciência, por parte da população, da necessidade de cuidados no uso do recurso. Situações críticas decorrentes da urbanização desordenada da periferia de Belém testemunham a grande carência em serviços públicos. Os dados oficiais mostram que apenas 8 % do espaço urbano na região norte é atendido em esgotos sanitários. Outro dado importante é referente ao lixo: apenas 36 % são coletados e, desse total, a maioria (97 %) é depositada a céu aberto ou em áreas alagadas.

As deficiências urbanas são graves. Basta olhar os números da cobertura de esgoto para que se constate uma série de problemas de saúde que podem acometer as populações urbanas. Os índices de atendimento dos serviços ficam abaixo da média brasileira e a situação da educação e da renda urbana é precária. A qualidade da água utilizada nas áreas urbanas está diretamente relacionada com a saúde pública. As pesquisas sobre Belém revelam que a situação é crítica tanto em bairros da periferia, na área urbana continental, como nas áreas insulares, com índices de incidência de coliformes fecais encontrados nos rios urbanos que ultrapassam os limites definidos pela Organização Mundial de Saúde (Ribeiro, 2003). Por outro lado, é notório que o abastecimento de água e a sua qualidade dependem do tratamento e do destino dos esgotos.

O crescimento urbano na Amazônia nas últimas décadas impulsionou o avanço para novas fronteiras de recursos, garantindo a implantação de um novo modelo de desenvolvimento. As cidades desempenharam um papel importante nesse processo. A intervenção estatal, por meio da implantação de programas governamentais e de grandes projetos econômicos, considerou estrategicamente a criação de novas cidades e a dinamização das mais antigas, enquanto espaços econômicos e políticos. A cidade de Manaus é um exemplo de transformação urbana com base nos processos de organização industrial, em que pese o predomínio de indústrias de montagem. Outras, como São Luís, Marabá, Parauapebas e Barcarena, na confluência de projetos econômicos de grande porte, notadamente de mineração, constituem exemplos da relação das cidades com esses processos de mudança mais recentes ocorridos na Amazônia.

## **CONCLUINDO**

---

As ações de planejamento realizadas pelos órgãos públicos junto com os atores locais diretamente interessados no ordenamento de seu espaço – bairro ou cidade – são fundamentais para recompor a identidade urbana de Belém e redefinir um projeto de caráter mais social, com os serviços, instituindo a legalidade ao lado da inclusão. Enfim, é preciso pensar modalidades de conceber uma cidade que integre o conceito cidadania. Os problemas urbanos exigem ações reguladoras definidas no âmbito do planejamento e que dizem respeito ao ordenamento territorial e à infra-estrutura urbana. Trata-se de um dos principais desafios para a gestão dos recursos hídricos nas áreas urbanas. O objetivo maior é focar o ordenamento e a universalização dos serviços urbanos, considerados essenciais, sem perder a particularidade da cultura das águas, que estrutura o universo simbólico de cidades que conseguiram manter suas raízes e tradições culturais.

A cidade, pela conformação espacial e pela concentração de

população, acaba produzindo relações sociais que se materializam em um cotidiano marcado por péssimas condições de vida. O modelo econômico produtor de desigualdades tem na cidade uma representação nítida da concentração de renda e da pobreza. A desigualdade social é também espacial, e as políticas públicas distribuem-se de forma desigual no espaço urbano. A inversão dessa tendência de concentração de serviços e de políticas é essencial para equilibrar a pobreza que se concentra nas cidades, brasileiras ou amazônicas. No caso de Belém, há ainda a considerar a particularidade das relações com a água do seu entorno e com os recursos que tradicionalmente têm garantido a reprodução da vida material e simbólica de gerações e gerações.

Nas políticas nacionais mais recentes tem sido enfatizada a importância do ciclo da água e dos cuidados com os mananciais de recursos advindos do mar, de rios, igarapés e lagos. Um problema crucial de uma cidade como Belém é o bom planejamento do uso e da gestão de suas águas. No nível doméstico, é necessário observar que há uma discussão global/local. Hoje a grande questão são as interfaces domésticas (unidades subnacionais, políticas de âmbito nacional) e global (regulação internacional). Nem sempre os arranjos domésticos e locais podem fazer parte da mesma gestão, embora sejam previstos. Ademais, os usuários não têm poder de deliberação sobre os recursos hídricos de suas bacias hidrográficas, visto que, acima dos Comitês de Bacia, está o Conselho Nacional, que é um órgão composto por representantes do governo, usuários e representantes das organizações civis de recursos hídricos. Porém ele é presidido pelo titular do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal que é a esfera decisória em última instância. É importante avançar na direção de definir as modalidades de gestão no âmbito local, mas com mecanismos que permitam efetivamente aumentar o nível de envolvimento e participação de atores sociais.

## REFERÊNCIAS

---

- BARTH, F. 1984. The Nature and Variety of Plural Units. In: MAYBURY-LEWIS, David. *The Prospects for Plural Societies*. Washington, American Ethnological Society
- BRAZ, V. 2003. Poluição dos recursos hídricos da Amazônia: aspectos urbanos. In: Aragon, L. & Clüsener-Godt – Problemática do uso local e global da água da Amazônia. Belém, UFPA/UNESCO.
- CASTRO, E. 2003. (Org.) *Anais do Simpósio Amazônia, Cidades e Geopolítica das Águas*. Realização do Projeto MEGAM. 2003. Belém. NAEA/UFPA-MPEG.
- \_\_\_\_\_. 2003. Geopolítica da água e novos dilemas à propósito da Amazônia e seus recursos naturais. In: Aragon, L. & Clüsener-Godt - Problemática do uso local e global da água da Amazônia. Bel[em], UFPA/UNESCO.
- \_\_\_\_\_. 2003. *Mudanças no Estuário Amazônico pela ação Antrópica e Gerenciamento Ambiental* – Projeto MEGAM. In: Aragon, Luis (Org.) *Conservação e Desenvolvimento no estuário e Litoral Amazônico*. Belém. NAEA/UFPA.
- FERREIRA, A. B. de H. 1986. *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 2ª. Ed. revista e aumentada.
- HURTIENNE, T. 2002. A Nova fase da dinâmica populacional na Amazônia e as Mudanças no mundo. In: Lopes, E.S.A., Mota, D. M. da & Silva, T. E. M da - *Ensaio. desenvolvimento Rural e Transformações na Agricultura*. UFSE, Embrapa.
- IBGE – Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000.
- ISAAC, V. J. & BARTHEM, R. B. 1995. Os recursos pesqueiros da Amazônia Brasileira. *Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi* 11(2):151-194.
- KEMF, E. (ed.). 1993. "In search of a Home: Protected living in or near protected areas". In: *The law of the Mother: protecting indigenous peoples in protected areas*. San Francisco, Sierra Club Book.
- LANNA, A. E. 2000. Gerenciamento de Recursos Hídricos: um tema em discussão. In: Munhoz, Hector R (Org.) *Interfaces da gestão de Recursos Hídricos e Saúde Pública*. Brasília. MMA.
- LEFEBVRE, H. 1991. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo, Ática.
- LEONARDI, V. 1999. *Os historiadores e o rio. Natureza e ruína na Amazônia brasileira*. Brasília, Paralelo 15, Editora UnB.

- LOPES, A. G. 2003. Nova Configuração Territorial no Pará: municípios, estruturas de poder e competição tributária (Dissertação de Mestrado). NAEA/UFPA.
- MARANHÃO, H. 2000. Pará, Capital: Belém. Memória & Pessoas & Coisas & Loisas da Cidade. Belém. Supercores.
- PENTEADO, A. R. 1973. O sistema portuário em Belém - Coleção Amazônica UFPA.
- RIBEIRO, K. T. S. 2003. Belém e suas bacias hidrográficas: qualidade da água e saúde humana. Belém: NAEA/UFPA.
- RIBEIRO, K. D. & PROST, C. 2003. Problemas sócioambientais em Rios Urbanos na Cidade de Belém. In: Aragon, Luis (Org.) Conservação e Desenvolvimento no estuário e Litoral Amazônico. Belém. NAEA/UFPA.
- SECTAM/Governo do Estado do Pará. 1996. Área de Proteção Ambiental: condições atuais de preservação. Belém, SECTAM (mimeo)
- TOCANTINS, L. 1998. O Rio Comanda a Vida. Manaus. Ed. Valer, 9ª edição.